

REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

ATA DE REUNIÃO

Data: 29.05.2017

Local: Salão Nobre

Presenças: **Integrantes:** Desembargadores Carmen Izabel Centena Gonzalez e Fabiano Holz Beserra; Juíza do Trabalho Luciana Böhm Stahnke.

Convidados: Servidor Gabriel Borges Fortes Neto (SECOM); Procuradora do Trabalho Patrícia Sanfelice (MPT); Procuradora de Justiça Cinara Dutra (MP estadual); Juíza de Direito Nara Cristina Neumann Cano Saraiva (TJRS); Auditora Fiscal do Trabalho Denise Brambilla Gonzales (SRT-RS).

Secretário: Igor Ferraz Freiberger (AGE)

Horário: 14h00min – 16h15min

A Desembargadora Carmen abriu os trabalhos pedindo que todos se apresentassem brevemente, o que foi feito. Informou a seguir que a reunião definiria atividades e materiais a serem elaborados para os eventos alusivos ao dia 12 de junho, dia internacional de combate ao trabalho infantil. Os presentes comentaram sobre os materiais usados nos eventos do ano passado, consultando a SECOM sobre quantidades disponíveis. A respeito do seminário organizado pelo MTE em Caxias do Sul, no dia 12, a Desembargadora Carmen informou que o Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz participará. O Desembargador Fabiano perguntou quem preparou os cataventos recebidos da Amatra IV no ano passado e Gabriel se responsabilizou por verificar com a entidade. A Procuradora Patrícia disse que o MPT dispõe de toda a arte para os materiais e descreveu as camisetas sobre trabalho infantil. O Desembargador Fabiano informou sobre a verba de R\$ 40.000,00, obtida junto ao MPT por meio de TAC, que poderá ser utilizada para ações ligadas ao trabalho seguro e ao trabalho infantil. Os presentes debateram a ideia de um seminário, o que é possível desde que esteja integrado a uma campanha. A Procuradora Patrícia relatou sua experiência atuando *in loco* com famílias e localidades onde o trabalho infantil é visto com naturalidade, havendo resistência às campanhas de combate a tal prática. A Juíza Luciana relatou que no ARISE também enfrentaram resistência de agricultores. Os presentes debatem a resistência de pais em ver

que criança que trabalha é igual ao seu filho, sendo necessário que a sociedade passe a perceber como problema. A Procuradora Patrícia informou que existem recursos audiovisuais para eventos e campanhas, citando a animação “Vida Maria” e o curta-metragem “Você viu a Rosinha?”. Ressalvou, porém, que ambos são baseados em outras realidades, retratando estados do Nordeste, e por isso não são ideais. O grupo sugere que se converse com a Casa de Cinema de Porto Alegre sobre a produção de um vídeo local. Na sequência, a Procuradora Patrícia relatou situação da FASE. A Procuradora Cinara comentou sobre mais de 1000 menores que completarão 18 anos e não têm capacitação ou escolaridade para entrar no mercado de trabalho. São jovens que não estão na FASE, mas sim em espaços de acolhimento, e sugeriu que se considere alguma iniciativa de capacitação para eles. A seguir, apresentou *slides* preparados pelo MP estadual sobre a situação de jovens em sistema de acolhimento e condição vulnerável. O grupo debateu a possibilidade de engajar empresas em projetos de capacitação para esses jovens. A Procuradora Cinara comentou sobre o uso de recursos de TAC para isso e a Procuradora Patrícia complementou dizendo que o Projeto Pescar começou assim, aventando que no próximo ano poderiam cotizar os jovens para atender tal demanda com destinação de verba de TAC. A Procuradora Cinara sugeriu inserir as entidades formadoras no percentual do sistema S, lembrando que é necessário dispor de centros de formação para concretizar o projeto. Referiu ter conseguido em Brasília 500 bolsas de Pronatec para o RS, que foram perdidas porque não se conseguiu quem as executasse. O grupo comentou que muitas entidades tem medo de não receber verba federal ou estadual. Debateram possíveis cursos e entidades formadoras, usando como exemplo o curso de montagem de bicicletas ministrado pelo CIEE. Destacaram que cursos de auxiliar administrativo ensinam várias matérias, mas que o jovem não tem identificação com o conteúdo, alheio à sua realidade, levando à evasão ou ineficácia da formação. A Procuradora Patrícia apontou que esses jovens apresentam carência de noções básicas sobre português e matemática e associou o problema a uma execução de grande porte que o MPT tem contra a ULBRA. A ideia é fazer com que a ULBRA promova curso que no formato EAD para jovens em acolhimento. A ideia foi recebida com entusiasmo e as dificuldades para sua implementação foram debatidas em detalhe pelos presentes, sendo discutida a montagem de laboratórios de informática regionalizados em Porto Alegre. A Procuradora Cinara argumentou que talvez

seja mais interessante usar o recurso diretamente para cobrir custo com aprendizagem. Na sequência, a Procuradora Patrícia comentou a necessidade de ensinar português para imigrantes. A Auditora Denise relatou que a ULBRA é também uma entidade formadora de aprendizagem, explicando como funciona esse procedimento. A Procuradora Cinara recebeu a informação de que a despesa com aprendizes é de R\$ 200,00 por aluno por mês. A Procuradora Patrícia relata que o atual Projeto Pescar, que dura um ano e instrui 15 jovens, custou R\$ 100.000,00, também obtido por TAC. Comentaram sobre iniciativa conjunta para o Projeto Pescar do ano que vem. A Auditora Denise distribuiu impressos e livros confeccionados pela DRT-RS em projeto de aprendizagem com recursos de TAC. As Procuradoras Cinara e Patrícia discorreram sobre taxas pagas pelas empresas e obtenção de recursos por meio de TAC. A Juíza Nara relatou sua experiência de um ano e meio no juizado estadual e destacou a corrida contra o tempo nas decisões de destituição do pátrio poder. A Procuradora Patrícia sugeriu fazer uma audiência coletiva para sensibilização das empresas, com a Desembargadora Carmem conduzindo medidas práticas para sua realização, como datas, participantes, reunião preparatória, envio de convites e objetivos. Foi combinada a data de 29 de junho para a audiência coletiva, iniciando 13h30min e encerrando 16h30min, podendo ter na abertura a orquestra da Sol Maior. Também combinaram reunião preparatória para o evento em 19 de junho, das 14h às 15h. Os presentes debateram ainda atividades para o dia 12 de junho e também para 12 de outubro, quando poderiam organizar evento coletivo de maior escala. Por fim, a Desembargadora Carmen sugeriu que a Secom fizesse matéria sobre a Rede Solidária do MPE e colocasse um link no nosso site. Gabriel sugeriu transformar em matéria a reunião que acabara de acontecer. Reunião encerrada às 16h15min. Ata redigida pelo servidor Igor Ferraz Freiberger, Analista Judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.

Agenda: próxima reunião programada para o dia 06.06.2017, no mesmo horário e local.